

PRIMEIRO PLANO

Cortar a despesa pública não leva a recessão?

A economia portuguesa pode começar a sair da recessão com uma corajosa redução da despesa pública



Ricardo Reis

Com um défice de 9,3% do PIB em 2009, Portugal vai ter de apresentar à União Europeia nas próximas semanas um plano para baixar o défice público pelo menos 6,3% nos próximos três anos. Pode parecer impossível. Contudo, entre 1984 e 1986, o saldo primário das contas públicas portuguesas passou de um défice de 3,23% para um *superavit* de 1,94%. Se Portugal conseguisse melhorar o saldo público 5,07% desta vez também e beneficiasse de uma queda (esperada) nos juros que paga nas suas dívidas, a missão estaria cumprida.

Existe, no entanto, o receio legítimo de que uma contracção fiscal desta natureza cause uma recessão profunda. O argumento keynesiano nesse sentido diz que se o Estado gasta menos, então reduz a procura de bens na economia. Isto, por sua vez,

baixa o rendimento das famílias, que cortam nas despesas de consumo e causam uma recessão. No entanto, olhando para os dados, não vemos isto. Antes de 1984, Portugal crescia menos 0,3% do que a média no G7; depois de 1986 cresceu 0,8% acima dessa média. Na mesma altura, entre 1983 e 1986, a Dinamarca fez um ajuste fiscal ainda maior, 11,04%, mas o consumo privado subiu 17,7% enquanto a taxa de desemprego desceu 0,85%.

O economista Roberto Perotti olhou mais sistematicamente para os dados de 19 países da OCDE entre 1965 e 1994. Ele mostrou que quando o nível da dívida é baixo, as contracções fiscais levam a recessões, tal como no argumento acima. Mas em alturas de crise fiscal, quando a dívida pública é excepcionalmente alta, a redução da despesa acaba por estimular a economia.

Como explicar esta realidade antikeynesiana? Numa altura de crise fiscal, como a actual, existe uma probabilidade séria de que exista um colapso nos próximos anos. No seguimento de um ataque no mercado da dívida pública portuguesa, o governo pode-se ver forçado pelo mer-

cado (e pelos “amigos” europeus) a subir os impostos de forma repentina e indiscriminada, reduzindo a riqueza de todos nós. Uma descida da despesa hoje que seja cuidadosa e bem executada, pode diminuir muito esta probabilidade. Por um lado, isto reduz a incerteza. Por outro, elimina o risco da bancarrota e torna-nos a todos mais ricos porque evita o catastrófico aumento de impostos mais tarde. Estas duas boas notícias encorajam o consumo e levam a uma expansão económica hoje.

Os portugueses estão pessimistas e inseguros relativamente ao futuro. Para um político que toda a vida pensou nas contracções fiscais como causadoras de recessões, é normal que nesta altura a correcção do défice público assuste. Porém, nas circunstâncias actuais as contracções fiscais não têm o efeito habitual. Um acto corajoso de redução da despesa pública pode não só ajudar as contas públicas, como também ajudar a economia portuguesa a sair da recessão.

*Professor de Economia,
Universidade de Columbia
rr.ionline@gmail.com
Escreve ao sábado*



Em alturas de crise fiscal, a redução da despesa pode estimular a economia

GETTY IMAGES

UMA IDEIA PARA PORTUGAL

“Em Portugal, com intensa consciência dos direitos e deficiente consciência dos deveres, afirma-se que está tudo mal, mas os responsáveis são sempre os outros. Muitos nunca olham para si e apenas apontam o dedo a políticos, ricos, vizinhos, magistrados, advogados, imigrantes. Lembro-me da resposta que um inglês, que defendi em tribunal, deu ao juiz quando este, espantado, elogiou o facto de ele estar presente logo na primeira data do julgamento e ter vindo de propósito do Reino Unido. Disse ele, com petulância, mas também com acerto metafórico: ‘You know, I’m British...’”

RUI PATRÍCIO

ADVOGADO E DOCENTE
UNIVERSITÁRIO



¡CORREIO



As mensagens dos leitores devem ser enviadas para o seguinte endereço: correio.leitores@ionline.pt

DEMAGOGIAS

Só uma pessoa que não esteja em perfeito juízo acredita que o corte nos salários dos políticos vem a ter efeitos significativos no défice. Contudo, é um sinal, é um exemplo que vem de cima, que pode ter o sentido de que não podem ser sempre os mesmos, aqueles que trabalham no duro, a suportar os sacrifícios, a pagarem as crises que os outros criaram. Não é populismo nem demagogia; são as palavras muito badaladas por quem não tem a coragem de cortar no supérfluo, como mordomias ou carros. Gestores, administradores de empresas, governos regionais e até o Presidente da República... Na Irlanda, um país desenvolvido, o governo deu um exemplo: o salário do primeiro-ministro desceu 20% e os salários dos ministros caíram 15%... Apesar de ser um país evoluído não só politicamente mas civicamente, também não escapou à crise, mas reagiu de forma rápida e eficaz. Neste país cada vez mais deprimido, há muito tempo que se deveria ter feito justiça. Para que é que se fez o 25 de Abril? Se esta situação de regabofe continuar e os portugueses não se conformarem, podemos assistir a convulsões sociais muito graves. Que não seriam de estranhar, quando, apesar da grave crise financeira, pagam subvenções vitalícias e subsídios de reintegração apenas com 12 anos de funções !!! 8 milhões de euros é a despesa prevista com o pagamento das pensões vitalícias em 2010... Quando os cidadãos sofrem constantes cortes e penalizações nas suas reformas, esta situação constitui uma desigualdade escandalosa e injusta no tratamento dos que trabalham de manhã cedo até tarde, recebendo salários de miséria.

FRANCISCO JOSÉ CASAL PINA POR EMAIL